

**PANDEMIA DE COVID-19 E O DESVELAR DAS PRECARIIDADES DA VIDA  
LGBTQIA+: DIÁLOGOS E O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DA  
PSICOLOGIA BRASILEIRA<sup>1</sup>**

Cristyann Sávio Toledo de Oliveira<sup>2</sup>  
Daniela Cristina Belchior Mota<sup>3</sup>

**RESUMO:**

A pandemia de Covid-19 se configura enquanto um fenômeno contemporâneo desencadeador de uma crise sanitária global, de efeitos e danos de diferentes dimensões. Este estudo investigou os desdobramentos deste quadro, contextualizado na vida da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e demais orientações afetivo-sexuais e identidades de gênero. Por meio de revisão exploratória da literatura, foi priorizado uma reflexão crítica, sustentado pelo aporte teórico de Judith Butler e Michel Foucault. Foram selecionados artigos publicados sobre o tema no Brasil, destacando as particularidades e agravamentos nos impactos sofridos por essas pessoas na pandemia de COVID-19. Partindo da perspectiva histórica, foi apontado a trajetória de discursos e vulnerabilidades que incidem nos corpos LGBTQIA+ e suas confluências com a crise sanitária atual. Verificou-se a imprescindibilidade de percorrer e reconhecer a diversidade, própria das múltiplas manifestações e identificações que compõem a sexualidade humana. Constatou-se a agudização de condições de precariedade que se impõem sobre as vidas LGBTQIA+, e um quadro macro-político de exacerbamento de ideologias supremacistas, firmemente caracterizadas por um tendencioso conservadorismo, que perpetuam e potencializam esses sofrimentos. É necessário um olhar amplo e interseccional, que considere os diversos marcadores que atravessam os sujeitos. O engajamento e comprometimento da Psicologia Brasileira em suas variadas frentes de atuação é fundamental, visando a proposição de intervenções e na produção de saberes, através de seu dever ético-político de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Palavras-chave: COVID-19. Pandemia. População LGBTQIA+. Precariedades. Compromisso Ético-Político.

**THE COVID-19 PANDEMIC AND THE UNVEILING OF THE  
PRECARIOUSNESS OF LGBTQIA+ LIFE: DIALOGUES AND ETHICAL-  
POLITICAL COMMITMENT OF BRAZILIAN PSYCHOLOGY**

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia, na Linha de Pesquisa: Psicologia e relações sociais, comunitárias e políticas. Recebido em 21/05/2021 e aprovado, após reformulações, em 22/06/2021.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UNIACADEMIA). E-mail: cristyannsavio8@gmail.com

<sup>3</sup> Docente do curso de graduação em Psicologia do Centro Universitário Academia (UniAcademia) e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: danielabelchior.mota@gmail.com

**ABSTRACT:**

The Covid-19 pandemic is configured as a contemporary phenomenon triggering a global health crisis, with effects and damages of different dimensions. This study investigated the unfolding of this picture, contextualized in the lives of the lesbian, gay, bisexual, transvestite, transgender, Queer, intersex, asexual and other affective-sexual orientations and gender identities. Through an exploratory literature review, a critical reflection was prioritized, supported by the theoretical contribution of Judith Butler and Michel Foucault. Articles published on the subject in Brazil were selected, highlighting the particularities and aggravations in the impacts suffered by these people in the pandemic of COVID-19. From the historical perspective, it was pointed out the trajectory of discourses and vulnerabilities that affect the LGBTQIA+ bodies and their confluences with the current health crisis. It was verified the indispensability of going through and recognizing the diversity, proper of the multiple manifestations and identifications that make up human sexuality. The worsening of precarious conditions that impose themselves on LGBTQIA+ lives, and a macro-political picture of exacerbation of supremacist ideologies, firmly characterized by a biased conservatism, which perpetuate and potentiate these sufferings, have been verified. A broad and intersectional look is needed, one that considers the various markers that cross the subjects. The engagement and commitment of Brazilian Psychology in its various fronts is fundamental, aiming at the proposition of interventions and the production of knowledge, through its ethical-political duty of contributing to the construction of a more just and egalitarian society.

Key words: COVID-19. Pandemic. LGBTQIA+ Population. Precariousness. Ethical-Political Commitment.

**1 INTRODUÇÃO**

A pandemia de COVID-19 se revela como uma tragédia histórica e sem precedentes na humanidade ao se considerar os arranjos tecnológicos e a organização política e econômica contemporâneas. Afetando bilhões de pessoas em todo o mundo, enquanto um fenômeno hodierno, ainda é difícil compreender claramente todas as dimensões dessa crise global.

Tendo em vista sua gravidade, do ponto de vista biológico e quanto a sua forma de contágio, conjectura-se que o vírus coloca toda a população num mesmo nível de igualdade. No entanto, o que se pôde perceber é que os impactos desta crise afetam diferentemente os mais diversos grupos sociais, exacerbando vulnerabilidades e refletindo diretamente nos índices de transmissão e morbidade pela doença.

A população denominada LGBTQIA+<sup>4</sup> apresenta um histórico de

---

<sup>4</sup> Sigla para designar pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p. 334-353, jan./jun. 2021 – ISSN 2674-9483**

marginalização nos mais diversos âmbitos sociais, econômicos e políticos. A invisibilidade, o preconceito, e a violência culminam numa série de vulnerabilidades que se agudizam em momentos como este: a singularidade desta crise mundial não homogeneiza a humanidade, mas antes, escancara e perpetua as desigualdades preexistentes, potencializando o sofrimento de quem já anteriormente vivia em exposição a intempéries.

É importante apontar os estigmas desta população, vezes vista pela ótica religiosa do pecado e do vício, outras pelo viés social do crime e da transgressão, ou ainda como doença ou desvio no desenvolvimento sexual, em que a própria comunidade científica endossou por um longo período, a crença das homossexualidades e dissidências sexuais enquanto tendências desviantes de uma suposta norma natural. Muitas dessas feridas permanecem abertas, e como afirma Leal, ainda não se resolvem “todas as questões de longos anos de pertença a códigos punitivos, listagens de aberrações e perversões e finalmente a um repertório nosológico cientificamente estipulado”. (LEAL, 2004. p.4). O caminho que se dá nesse processo de despatologização é recente, e dessa forma, ainda hoje se percebem práticas discriminatórias, discursos opressores e violentos sobre a sexualidade e suas diversas possibilidades de manifestações.

Com isso, salienta-se que a ótica adotada no presente artigo não é a de propor um discurso patologizante e enquadrar a população LGBTQIA+ como um grupo de risco acometido por uma comorbidade que agravaria o quadro de síndrome respiratória aguda grave - SARS-CoV-2, mas fundamentalmente, objetiva-se refletir de forma explorativa, a partir de seu histórico de precariedades e iniquidades sócio sanitárias, as possíveis particularidades e agravamentos nos impactos sofridos por essas pessoas na pandemia de COVID-19, e com isso apontar criticamente, a necessidade de um olhar comprometido, cuidadoso e atento as suas necessidades.

É nesse contexto histórico que se mostra a importância deste estudo, que se fundamentou por meio de revisão exploratória da literatura, priorizando-se artigos científicos publicados a partir de 2020 em plataformas acadêmicas brasileiras acerca do tema. Para esta análise foram utilizados aporte teórico de Michel Foucault e Judith Butler, possibilitando uma tessitura entre os autores por

meio dos artigos selecionados e o recorte apresentado, bem como a proposição de reflexões que dialoguem com a Psicologia, e a impliquem enquanto campo de saber e prática.

## **2 PANDEMIA E DESVELAMENTO DA PRECARIIDADE DA VIDA LGBTQIA+**

O Coronavírus COVID - 19, identificado pela primeira vez em Wuhan, China, no final do ano de 2019, e causador da Síndrome Respiratória Aguda Grave – SARS-CoV-2, se espalhou por todo o mundo no ano seguinte, tendo sido oficialmente caracterizada como uma Pandemia em março 2020 pela Organização Mundial da Saúde – OMS, e ter causado a primeira morte no Brasil pela doença, no dia 17 do mesmo mês e ano (MIRANDA; GRANGEÃO; MONTENEGRO, 2020) e ainda hoje se estabelece enquanto agente de uma crise sanitária internacional. Mesmo considerando a abrangência global, se faz salutar observar as particularidades nos efeitos desta crise, em que as estratégias políticas adotadas pelos diversos governos no seu enfrentamento, afetam diretamente nos níveis locais de morbidade pelo vírus (RAFAEL; NETO; CARVALHO; DAVID; ACIOLI; FARIA, 2020). Faz-se necessário salientar que só no Brasil, até o fim de Maio de 2021 foram registradas 462.791 mortes em decorrência da doença.<sup>5</sup>

Além do desolador cenário de mortes, a Pandemia de COVID-19 se desdobra em múltiplos impactos na saúde integral dos indivíduos, acometidos ou não pelo vírus. Destaca-se, por exemplo, que os efeitos na saúde mental da população em geral, compreendendo-a não apenas enquanto um estado de ausência de doenças mas antes, de maneira mais ampla, a partir da construção transdisciplinar, “[...] a saúde mental significa um socius saudável; [...], vida cotidiana significativa, participação social, lazer, qualidade das redes sociais, eqüidade, enfim, qualidade de vida.” (ALMEIDA FILHO; COELHO; PERES, 1999, p.123), vem sendo alvo de investigação de pesquisadores de todo o mundo. (DONG; BOUEY; 2020).

Cabe ainda colocar que dentre os principais métodos de controle de propagação da doença, além de medidas de higiene, destacam-se o

---

<sup>5</sup> Segundo dados oficiais do Painel CONASS – Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Disponível em: <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>. Acesso em 10/06/2021.

Distanciamento Social, que em suma visa coibir aglomerações no intuito de “manter no mínimo um metro e meio de distância entre as pessoas, como também a proibição de eventos que ocasionem um grande número de indivíduos reunidos.” (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA; BEZERRA; PEREIRA; SANTOS; DANTAS, 2020, p.4), e o Isolamento Social, caracterizado “[...] quando pessoas não podem sair de suas casas como forma de evitar a proliferação do vírus [...].” (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA; BEZERRA; PEREIRA; SANTOS; DANTAS, 2020, p.4), em que se estabelecem como estratégias fundamentais em relação ao enfrentamento á pandemia, tendo eficácia ratificada por diversos estudos científicos (RAFAEL; NETO; CARVALHO; DAVID; ACIOLI; FARIA, 2020).

Contudo, sendo o ser humano um ser social, e que depende do amparo e do suporte comunitário para se desenvolver plenamente (BUTLER, 2015), é possível analisar a conjectura de prejuízos a que se pode se estar exposto, ao estabelecer o outro como constante ameaça, mesmo que se lance mão de tais medidas na urgência da busca pela preservação da vida, há a possibilidade de um panorama de efeitos secundários negativos, uma vez que que se verifica, junto a COVID-19, “um estado de pânico social em nível global, e a sensação do isolamento social desencadeia os sentimentos de angústia, insegurança e medo, que podem se estender até mesmo após o controle do vírus.” (HOSSAIN; 2015 apud MAGALHÃES; GARCIA, 2021, p.2).

Um desequilíbrio de tamanha magnitude, evidentemente resulta em uma profunda perturbação, que de certo modo, afeta toda a população em diferentes graus de impacto. Neste sentido, sobremaneira sob o recorte da realidade brasileira, aponta-se que

O alto índice de letalidade e de enormes prejuízos econômicos no contexto de uma epidemia ou pandemia gera um alto risco psicossocial. E uma abordagem racional na atenção de saúde mental implica em reconhecer às diferenças de vulnerabilidades dos diversos grupos que caracterizam o Brasil, em especial as relacionadas com o gênero, idade e nível socioeconômico. Cabendo ressaltar que os efeitos para a saúde mental em geral são mais marcados nas populações que vivem em condições precárias, possuem recursos escassos e têm acesso limitado aos serviços sociais e de saúde. (SILVA; SANTOS; OLIVEIRA. 2020. p.2.)

Assim, a pandemia descortina um viés que Judith Butler (2015) cerca com o conceito de precariedade e seu desdobramento enquanto condições precárias

CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p. 334-353, jan./jun. 2021 – ISSN 2674-9483

de existência, primeiramente expondo sobre a vulnerabilidade comum inerente a vida humana, que em certa medida se poderia relacionar com o atingimento global e não seletivo do vírus, por exemplo, e posteriormente indicando um outro nível, onde nem tudo que está vivo, necessariamente seja considerado vida, detendo um suposto direito a sobrevivência ou condições de vida digna, por vezes não ser inteligíveis e apreendidas pelo outro. Entende-se assim, a condição precária enquanto uma condição politicamente imposta pela qual “[...] certas populações sofrem com redes sociais e econômicas de apoio deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte.” (BUTLER; 2015. p.46).

Enquanto marcadores que se constroem nas relações de poder que perpassam os indivíduos, em suma, apreender ou não tal perspectiva, pode reger a duas direções quanto ao manejo da vida: a sua proteção ou seu aniquilamento. Isso por que se existem vidas, que não são qualificadas como vidas, e “[...] não são concebíveis como vidas dentro de certos marcos epistemológicos, tais vidas nunca serão consideradas vividas nem perdidas no sentido pleno de ambas as palavras.” (BUTLER, 2015, p.13).

A autora nos interpela com a ideia de que a organização humana muitas vezes é dividida entre vidas que logrem merecimento a proteção e cuidado e àquelas passíveis do desdém e descaso, visto que “dependendo do gênero, da raça e da posição econômica que ostentamos na sociedade, podemos sentir se somos mais ou menos choráveis aos olhos dos demais.” (BUTLER, 2020). Assim, se endossa a perspectiva Foucaultiana de olhar a vida enquanto objeto político, à medida que o poder intenta invadi-la ou cerceá-la em todos os seus âmbitos e sentidos. Substanciando tal perspectiva, ao abordar a noção de um presente e soberano exercício do biopoder de intervenção e gestão sobre as vidas, somado ao exercício necropolítico de gestão sobre as mortes e as condições mortíferas da população, Achille Mbembe (2018) aponta que “[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.” (MBEMBE, 2018, p.5).

Ao discorrer sobre esse governo sobre a vida, Michel Foucault (1988), ancorando-se na percepção de que fundamentalmente se perscruta a construção do sujeito como algo a ser interpretado a partir de uma exploração

de seu contexto histórico, constata a permanência de um extenso antecedente sistema biopolítico heteronormativo ao qual a população LGBTQIA+ é ininterruptamente sujeita. A sexualidade se apresenta, portanto, enquanto um “[...] dispositivo histórico de saber-poder em nome da qual se legitimam e viabilizam práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo [...]” (SOUZA; CERQUEIRA; PORCINO; SIMOES; 2021, p.5).

É preciso indicar que é recente o movimento de despatologização da homossexualidade. Gilda Paoliello (2013) apresenta uma revisão histórica quanto ao avanço do discurso da ciência em relação as homossexualidades. Em síntese, sabemos que é em 1973 que a Associação Psiquiátrica Americana – APA – considera que a homossexualidade não é uma doença; Dois anos mais tarde, em 1975, a Associação de Psicologia Americana chega à mesma conclusão. Em 1987 a 3ª edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Distúrbios Mentais já não contemplava a Homossexualidade como uma parafilia. Somente no ano de 1993 é que a Organização Mundial da Saúde, por meio da Classificação Internacional das Doenças (CID) 10ª Edição não apresentava a homossexualidade enquanto distúrbio.

Contudo, apesar da orientação sexual não ser mais considerada como um patologia na esfera da saúde, podemos ainda averiguar que as identidades de gênero, compostas principalmente por travestis e transexuais, não foram necessariamente inseridas neste movimento, mesmo com a recente mudança aprovada para o CID-11ª Edição, em que a transexualidade deixa o capítulo de transtornos da identidade sexual e passa a ocupar a sessão sobre as condições relacionadas à saúde sexual, sendo caracteriza enquanto incongruência de gênero, ainda seja oprimida por compreensões equivocadas, e muitas vezes lhes suprimida sua cidadania (BARRETO, 2020).

Dentre os principais elementos que possibilitam perceber a agudização das vulnerabilidades da população LGBTQIA+ em tempos de pandemia, temos em Salerno, Williams e Gattarmorta (2020) uma revisão dos principais argumentos, em que se destacam: A ausência ou enfraquecimento de rede social de suporte; maiores taxas de uso de tabaco; declinação imunológica pelo distanciamento no tratamento para HIV em certos grupos, violência intrafamiliar e maior prevalência de transtornos mentais. Tal realidade, como já indicado, se

**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p. 334-353, jan./jun. 2021 – ISSN 2674-9483**

estabelece antes mesmo da epidemia de coronavírus, uma vez que esta parcela populacional reporta historicamente limitado acesso a serviços assistenciais e de saúde (SANTOS; RAMOS; 2020).

A necessidade imposta pelo isolamento social de que as pessoas permaneçam em casa, impondo um convívio muitas vezes conflituoso entre os membros familiares, movidos na maioria das vezes pela não aceitação da realidade LGBTQI+, tem fortalecido as opressões e repressões a esses indivíduos, em que “os espaços de sociabilidade doméstica muitas vezes funcionam como lócus referencial de potencialização de vulnerabilidades, sobreposição de violências e exclusão.” (SOUZA; CERQUEIRA; PORCINO; SIMÕES; 2021. p.3). O lar que deveria significar espaço de proteção ao vírus, se torna muitas vezes cativo de incompreensão e violências.

Passos; Santos e Ramos (2020) evidenciam que como consequência do próprio distanciamento e isolamento sociais, um dos mais relevantes impactos sofridos pelos indivíduos e que agravam sua vulnerabilidade se dá no afastamento das redes de apoio social, principalmente de amigos, pares e relacionamentos. Uma vez que tal acolhida, reconhecimento e suporte, na maioria das vezes não é encontrado dentro de seus lares, e se “somos por assim dizer, seres sociais desde o começo, dependentes do que está fora de nós, dos outros, de instituições e de ambientes sustentados e sustentáveis.” (BUTLER 2015. p. 43), se percebe os danos a que se pode estar sujeito pelo desamparo.

Assinala-se, portanto, que a vida de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, não binaries e intersexuais é precedentemente vulnerabilizada e com isso marcada por condições precárias, à medida que são expostos a violências, violações de direitos, e mortes: “Assim neste momento de crise sanitária, econômica, política e social, essas incisões nas vidas e corpos de LGBTQIA+ tendem a ser mais tencionadas” (DUARTE, 2020, p.50). Em síntese dá-se que momentos de crise, como o atual,

tendem, historicamente, a exacerbar desigualdades, na medida em que ampliam desafios já vivenciados por grupos mais vulneráveis no acesso à saúde, à justiça, à educação, à moradia, a emprego e a outros serviços. Se a economia é afetada, mais ainda é o setor informal em que predominantemente se encontram pessoas mais vulneráveis, isso quando conseguem se inserir no mercado de trabalho. Violências domésticas já sofridas tendem a se ampliar com o isolamento e coabitação

forçados, com o excesso de convivência. Se um sistema de saúde relativamente funcional já não é por vezes capaz de proporcionar a saúde integral de populações marginalizadas, beirando ao colapso a situação só tende a se agravar para esses grupos. (MACHADO, NEGRI, GIOVANINI; 2020. p.14)

## **2.1 SINGULARIZANDO PESSOAS E CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE: UM OLHAR ATENTO E DIFERENCIAL**

Gênero e sexualidade são atravessados por multiplicidades e transversalidades, e assim dispõem da volubilidade de tudo aquilo que é cultural e histórico, e com isso, por vezes nos fogem. Mesmo com avanços na pós-modernidade no reconhecimento deste horizonte de possibilidades, é necessário ainda em muito superar o discurso heterocisnormativo em vigência, este que por sua vez se dá na imposição compulsória e irrestrita da heterossexualidade e da cisgeneridade, binária e determinada biologicamente, para que se avance efetivamente no processo de compreensão das múltiplas nuances sob as quais se engendram os sujeitos em sua pluralidade de orientações sexuais, expressões e identidades de gênero.

Nesse movimento, uma das principais violências dirigidas à população LGBTQIA+ se dá na invisibilidade e no silenciamento de suas identidades: “lembrando que o não reconhecimento dessas diversidades sexuais também é adoecedor.” (SILVA, 2020, p.123). Sobrevém, que não se propõe uma hierarquização de opressões, tampouco espaço para se litigarem, mas é proficiente apontar que se observam diferenças contundentes de impactos nas vidas de pessoas que compõem a sigla LGBTQIA+, sejam por fatores de raça e classe social, sejam pelas “distinções entre orientação afetivo-sexual e identidade de gênero.” (FRANÇA; FERNANDES; VARELA, 2020. p.108).

Tal pluralidade se revela, por exemplo, no agravamento de ações discriminatórias e violentas voltadas a pessoas transgêneros e travestis, uma vez que

Há uma supervalorização dos papéis de gênero atrelados ao sexo biológico, e esse critério é determinante para o estabelecimento dos comportamentos esperados que cada indivíduo venha a performar, com base na determinação da diferenciação unicamente binária do que é feminino e do que é

masculino. (LIMA; SILVA; PICHELLI; 2020, p.77)

O Brasil ocupa o lamentável primeiro lugar no ranking de países que mais matam travestis e transexuais no mundo (MENDES, SILVA; 2020), e tal panorama nos conduz a um olhar atencioso as particularidades desta parcela da população, que padece por opressões que se revelam estruturais na sociedade. Tal enquadramento nos mostra que a experiência de travestis e transexuais está empiricamente marcada pela exclusão, que se inicia majoritariamente junto as famílias e aos espaços escolares, e posteriormente pela impossibilidade de acesso ao mercado de trabalho formal (SANTOS, 2020).

Essa hegemônica e naturalizada lógica excludente, leva dentre muitos efeitos, à marginalização dessas pessoas nos ambientes sociais. Têm-se com isso, que a prostituição seja a única opção de sobrevivência entre travestis e transexuais, se estabelecendo como a fonte de renda predominante desta parcela populacional.

Em consequência dessa perfilação, em tempos de pandemia, a maioria das trabalhadoras e dos trabalhadores trans, sobretudo travestis, tem seu direito a quarentena negado, pois reside nas ruas a única ou principal possibilidade de obter renda. Por isso a população tem amargado ainda mais precarização de suas vidas, submetendo-se aos riscos da COVID-19 e vitimando-se em muitos casos. Na hipótese menos fatalista, sofrem com a redução na busca pelo trabalho sexual e na queda dos valores pagos por esse tipo de trabalho. (SANTOS; 2020; p.99)

Ainda, é preciso indicar a dificuldade de acesso à documentação civil, uma vez que ainda são deficitárias as legislações que garantem o direito a mudança de sexo e primeiro nome em registros oficiais (MENDES; SILVA, 2020). Tais fatores culminam como obstáculos inclusive ao acesso a medidas de apoio econômico, como adotados pelo Governo Federal Brasileiro, pois, como identificaram França; Fernandes e Varela (2020) se observa contumazes dificuldades por parte de pessoas transexuais, de acesso ao auxílio emergencial, seja por inconsistência nas informações do Cadastro de Pessoa Física e demais sistemas governamentais e da Caixa Econômica Federal, sejam por grande número dessas pessoas sequer disporem de conta bancária.

Ao falarmos destas particularidades, sobretudo as de gênero, há que salientar a misoginia essencialmente presente na sociedade, e que transpassa

fundamentalmente as atitudes Lgbtfóbicas, uma vez que o aspecto feminino é em geral, o principal alvo de tais ataques. Acena-se aqui, para o impacto singular na vida de mulheres, principalmente no local doméstico, com crescente aumento nos casos de violência e abuso nestes espaços como apontam Monteiro; Yoshimoto; Ribeiro (2020).

É necessário visibilizar outras vivências que se apresentam neste delineamento, como as identidades não binárias e a própria bissexualidade, que por vezes não são legitimadas como autodeclaráveis ou ainda menosprezadas enquanto tendências a uma desorientação sexual. (SILVA, 2020). Vale portanto, reiterar a heterogeneidade da população LGBTQIA+, e entender que a sigla designa a plural e polimorfa sexualidade humana, em suas mais variadas expressões de gênero, orientações, identidades, práticas e subjetividades. Com isso não se percebe uma redução a uma equação simples e universal, todas as múltiplas possibilidades de agravamentos nos impactos da pandemia exclusivamente a estes marcadores, sem considera-los previamente interseccional e integralmente a outros, sobretudo raciais, territoriais e sócio-econômicos, que se sobrepõem, posto que “[...] é impossível pensarmos as opressões de maneira isolada. Ninguém é só uma coisa ou só outra.” (GAYOZO, 2020; p.130). Nesse sentido, entende-se a interseccionalidade proposta, enquanto uma

[...] teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009 p.70 apud GAYOZO, 2020, p.130)

Se reafirma por conseguinte, que não se incita um acirramento de fragilidades e sofrimentos, ou o enrijecimento fatalista da sexualidade, mas antes, compreender a complexidade inerente ao ser humano, e as variáveis que compõem sua identidade e atravessam seu lugar no mundo. Segundo Foucault a identidade “que nós tentamos assegurar e reunir sob uma máscara é apenas uma paródia: o plural a habita, almas inumeráveis nela disputam.” (FOUCAULT, **CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p. 334-353, jan./jun. 2021 – ISSN 2674-9483**

1971, p.34).

## **2.2 ENCADEAMENTOS COM A PSICOLOGIA: REFLEXÕES E COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO**

A literatura contemporânea aponta para a necessidade de se produzir no campo acadêmico e científico, reflexões que auxiliem na quebra de velhos paradigmas, que são historicamente permeados de preconceitos pela sociedade e que geram grande sofrimento nos sujeitos (COIMBRA; NASCIMENTO; 2001). Pensar sobre a teoria psicológica nos leva também a pensar a práxis, e a psicologia pós-moderna, enquanto ciência do indivíduo, mas também do coletivo, deve-se ocupar tanto dos fenômenos subjetivos quanto das manifestações sociais, na formação de sujeitos autônomos, autorrealizados e emancipados (ALMEIDA, 2017), para a livre expressão, vivência e desenvolvimento de seus potenciais.

Esse comprometimento se respalda numa percepção de que não há saberes neutros: “todo saber é político.” (COIMBRA; NASCIMENTO; 2001; p.246). Ao refletir sobre o papel da psicologia, fica evidente que se construa conhecimento e se fomente políticas, que viabilizem “eliminar todas as formas de violência, negligência e opressão, bem como buscar promover a liberdade, dignidade, igualdade e a integridade que cada sujeito deve possuir.” (LEITE JUNIOR; AMAZONAS; SIQUEIRA, 2020, p.110).

Reafirma-se de modo especial aqui, que a Declaração Universal dos Direitos Humanos (Assembleia Geral da ONU, 1948) baseia e fundamenta a orientação profissional da Psicologia, por sua observância no Código de Ética profissional. Tal alicerce se organiza na visão de princípios básicos que devem ser garantidos a todas as pessoas

[...]possuindo alcance e se sobrepondo às diferenças em relação à origem, raça, nacionalidade ou condição social, sendo reforçado a impossibilidade de ser restringido ou retirado tais atribuições de qualquer indivíduo. Caracteriza-se pelo reconhecimento da dignidade como constituinte de todos os sujeitos, estabelecendo-os enquanto dotados de direitos iguais e inalienáveis, promovendo, ainda, a noção da universalidade. (LEITE JUNIOR, AMAZONAS, SIQUEIRA, 2020, p.110)

Alinhada a essa perspectiva e reverberando o processo de  
**CADERNOS DE PSICOLOGIA, Juiz de Fora, v. 3, n. 5, p. 334-353, jan./jun. 2021 – ISSN 2674-9483**

despatologização das orientações sexuais e expressões de gênero, se faz imprescindível apontar que no Brasil, são marcos norteadores, a Resolução 01/1999 ratificada pelo Conselho Federal de Psicologia em que “estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual” (CFP, 1999) e a recente Resolução 01/2018, preconizada pelo mesmo Conselho, que por sua vez “estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis” (CFP, 2018) onde se estabelecem como os principais anteparos do exercício profissional dos psicólogos(as) do Brasil, ao lidar com a população LGBTQIA+, não só na dimensão clínica, mas em todos os possíveis campos de atuação da profissão, em que não só se orienta a não contribuição passiva a discursos preconceituosos, como configura o compromisso de que atuem efetivamente na desconstrução destes esquemas excludentes.

É preciso que tais normatizações sejam constantemente revisitadas a fim de atualizá-las e contextualizá-las aos sempre novos contornos da lgbtfobia, e:

A revisão da Resolução pretende dar conta de identidades de gênero e práticas sexuais não hegemônicas outrora invisibilizadas e/ou medicalizadas, inclusive pela Psicologia, sem, no entanto, pretender esgotá-las, visto que a identidade humana, da qual a sexualidade é um importante componente, é incomensuravelmente vasta e dinâmica. Por certo, a revisão da Resolução CFP nº 001/1999 e o avanço com a Resolução CFP nº 001/2018 não são garantia de que movimentos fascistas e contrários à diversidade e à autonomia dos sujeitos não voltem a buscar violentar as subjetividades, a ética, a ciência e o amor. Não nos ocorre que uma Resolução seja capaz de tal feito; mas revisá-la ou superá-la, no sentido de dar visibilidade a novas condições existenciais é um marco interessante para uma luta que não está começando, mas promete ainda ser longa e permanente em prol dos direitos humanos e combate às discriminações. (CRPBA03, 2018, p.5)

Neste quadro, frizam-se as recentes e constantes investidas de certos grupos, por meio de ações junto ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso Federal, visando o enfraquecimento ou anulação do regimento do Conselho Federal de Psicologia que regulamentam e balizam o discurso e a prática da categoria, sobre os temas relacionados a liberdade sexual e aos direitos de gêneros (CRPBA03, 2018). Na tentativa de sobrepor assim, interesses de vieses políticos, moralistas e ideológicos, frente ao da construção epistemológica.

Por meio do que Althusser (1980) denomina emparelhamento ideológico

do Estado, percebe-se que a família, a escola, os espaços jurídicos e políticos, de informação e cultura, tendem a ser utilizados como instrumentos na perpetuação do pensamento de poder dominante. Este fenômeno se materializa na presente circunstância brasileira, e neste sentido, há que se destacar, o que segundo Camargo e Salazar (2020) é uma conjuntura mais ampla do contexto pandêmico, que se apresenta numa recente exacerbação do conservadorismo moral e reacionário, assentado no fundamentalismo religioso, no neoliberalismo e no patriarcado que tem aprofundado as opressões dirigidas às, equivocadamente nomeadas, minorias:

E é nesse emaranhado da dinâmica sociometabólica do capital, em tempos de pandemia que a ofensiva ultraconservadora se exacerba por meio de discursos e de práticas devastadoras para a vida humana, e que colocam em xeque os valores civilizatórios conquistados pela humanidade. (CAMARGO; SALAZAR, 2020, p.203)

A hostilidade do quadro macropolítico atual, incutido por um discurso de ódio que se alimenta inclusive por falas públicas de autoridades oficiais do governo, implica que a psicologia brasileira seja contraponto e lance luz sobre tais questões, na produção de saberes e intervindo com ações que acolham e emancipem os sujeitos, pois dá-se que muitas pessoas “[...] recorrem ao Estado em busca de proteção mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas.” (BUTLER, 2015, p.47).

Criar condições de audiibilidade e visibilidade aos sujeitos da comunidade LGBTQIA+ se apresenta, portanto, como um compromisso ético-político da Psicologia no Brasil. Tal responsabilidade não pode ser contudo, esquecida ou diminuída num contexto com tantas emergências, como o da pandemia de Covid-19, afim de que não haja retrocessos nesta trajetória de avanços.

É fundamental que se alcance na vida cotidiana dos indivíduos e dos diferentes grupos sociais, elementos que possibilitem ressignificar tanto a superação de dificuldades subjetivas e de assentamento no mundo, quanto de impasses à democratização da vida e dos direitos sociais (ALMEIDA, 2017). Tais práticas, devem favorecer “[...] repensar os modos de vida estabelecidos e perceber a normatividade vigente como algo contingente, contrapondo-se, nesse

sentido, à essencialidade da identidade e à utopia da ordem.” (ALMEIDA, 2017, p.6).

Tendo uma vez reconhecidas as complexidades e sublinhadas as condições precárias as quais se alocam as vidas LGBTQIA+, sobretudo no contexto pandêmico, abstendo-se de qualquer neutralidade e priorizando-se as emergências assistenciais básicas, propõe-se assumir o prisma do fortalecimento e desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas desta população, na proposição de políticas afirmativas e que promovam saúde e bem estar, na construção de estratégias que visem a educação dos diferentes grupos e propiciando espaços de incessante escuta, reflexão e construção de conhecimento.

O engajamento da Psicologia, legitima aqui seu aspecto ético-político pois, quando “[...] uma vida não tem nenhuma chance de florescer é onde devemos nos esforçar para melhorar as condições de vida.” (BUTLER. 2015. p. 43). Nessa direção, enquanto práxis contra-hegemônica ante a patologização e normatização da vida vigente, a Psicologia pode se consubstanciar como um campo fundamental para a transversalidade desta perspectiva ético-política direcionada à população LGBTQIA+, a se expressar em seus diferentes contextos de inserção, como na assistência social, na educação, na saúde e no judiciário. Uma vez que, “[...] saúde mental vincula-se a uma pauta emancipatória do sujeito, de natureza inapelavelmente política.” (ALMEIDA FILHO; COELHO; PERES, 1999, p.123).

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia de Covid-19 se encontra em curso. Com isso, se torna difícil prever os rumos desastrosos desta calamidade sanitária e social na qual a sociedade se encontra imersa, considerando principalmente as medidas de contenção e assistência adotadas - ou em grande parte, a ausência delas – pelos órgãos públicos. Mesmo atualmente, após o início da vacinação a uma parcela da população, verifica-se a permanência dos fenômenos já levantados, e o desdobramento em novos danos, que nos leva a questão: O que nos aguarda no cenário pós-pandêmico?

Isolamento e distanciamento social não são conceitos distantes ou

abstratos na realidade dos corpos LGBTQIA+ precedentemente a pandemia de Covid-19, ao falarmos de uma população que é historicamente sufocada, silenciada e segregada. Ao mesmo tempo que se utiliza a máscara sanitária, se percebe um retirar do véu das desigualdades e preconceitos, escancarando-se as desproporcionalidades sociais, o que expõe a injusta face da sociedade pós-moderna.

Sugere-se assim, a necessidade de que a produção acadêmica não se esgote em debruçar-se sobre a investigação dos fenômenos sociais e subjetivos que englobam essas pessoas. Sobressai-se, que o cenário apresentado aponta, para além da pandemia, uma perversa tendência conservadora, que fundamenta a perpetuação de violações, e que num contexto extremo como o atual, são também cada vez mais, maximizadas.

Por fim, se de um lado, afere-se fenomenologicamente a constante ameaça de um mundo insistentemente opressor e de morte, de outro, se faz cada vez mais indispensável e urgente, resistir: e a Psicologia precisa garantir a vanguarda de suporte e mediação, mas também de agente ativa neste processo. Como lócus de reconhecimento, acolhida e interlocução entre os diferentes indivíduos, é importante que se empenhe na compreensão e tradução de seus códigos, oportunizando diálogos e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, composta por vidas mais plenas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, Naomar; COELHO, Maria Thereza Avila; PERES, Maria Fernanda Tourinho. O conceito de saúde mental. **Revista USP**, São Paulo: n.43. p. 100-125. Set-Nov. 1999.

ALMEIDA, Juracy Armando Mariano. **Identidade e emancipação** Psicologia & Sociedade . vol.29 Belo Horizonte 2017 Epub 18-Dez-2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100403&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822017000100403&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 07 abr. 2021.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

BARRETO, Beatriz Santos. Subcidadania LGBTQ e proteção social na pandemia de COVI-19. **Revista do NESEF**. V. 9 N.2. Curitiba: 2020. p. 32-50. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/neseef/article/view/77986/42058>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra**: Quando a vida é passível de luto? 1.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith; “De quem são as vidas consideradas choráveis em nosso mundo público?”. **El País**. [S. l.: s. n] 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/babelia/2020-07-10/judith-butler-de-quem-sao-as-vidas-consideradas-choraveis-em-nosso-mundo-publico.html>. Acessado em: 20/03/2021.

CAMARGO, Maria Angelina Baía de Carvalho de Almeida; SALAZAR, Sílvia Neves. Crise do capital, pandemia e exacerbação do conservadorismo. *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 35-46.

CERQUEIRA-SANTOS, Elder; RAMOS, Mozer de Miranda. Saúde psicológica de jovens LGBT+ durante a pandemia da Covid-19. *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 149-158.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças ; NASCIMENTO, Maria Livia do. O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 17, n. 3, p. 245-248, set./dez. 2001.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: agosto de 2005. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Resolução n. 1, de 22 de março de 1999. **CFP**. Brasília, 1999. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999\\_1.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf). Acesso em: 10 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Resolução n. 1, de 29 de janeiro de 2018. **CFP**. Brasília, 1999. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acessado em: 15/04/2021. Acesso em: 15 abr. 2021.

CRPBA-03. **Psicologia, sexualidades e identidades de gênero**: guia de referências técnicas e teóricas/ organizado por Amanda A. Alves; Bruna G. Azevedo; Diogo S. Silva; et al. – Salvador: 2018. Disponível em: <https://www.crp03.org.br/wp-content/uploads/2019/01/CRP03-Cartilha-Psicologia-Sexualidades-e-Identidades-de-G%C3%AAnero-1.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>  
Acesso em: 19 mar. 2021.

DONG, Lu; BOUEY, Jennifer. Public Mental Health Crisis During COVID-19 Pandemic, China. **Emerging Infectious Diseases**. Vol. 26. N. 7. 2020.  
Disponível em: [https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/26/7/20-0407\\_article](https://wwwnc.cdc.gov/eid/article/26/7/20-0407_article). Acesso em: 08 abr. 2021.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Dissidências sexuais, vidas precárias e necropolítica: impressões de uma experiência em tempos de pandemia. *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 47-56.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: o cuidado de si**. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal; 1988

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FRANÇA, Rebecka; FERNANDES, Emilly Mel; VARELA, Victor. Entre o vírus e a norma: vivências trans no enfrentamento da pandemia de Covid-19. *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 107-118.

GAYOZO, Bruna Aparecida Azevedo. A sobrecarga mental da pandemia para a comunidade LGBTQI+. *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 129-138.

LEAL, I. Parentalidades. Questões de gênero e orientação sexual. *In*: CASCAIS, A. F. (org.). **Indisciplinar a teoria**. Estudos gays, lésbicos e queer. s.l.: Fenda, 2004, p. 215-240.

LEITE JUNIOR, Francisco Francinete; AMAZONAS, Maria Cristina Lopes de Almeida; SIQUEIRA, Hermógenes Abraão Paz. O Conceito de Precariedade e as contribuições teóricas de Judith Butler para a compreensão da prática política da psicologia. **Revista Ciências Humanas**. UNITAU, Taubaté: 2020. V. 13, n 2 ed 27, p.102-114.

LIMA, Michael Augusto Souza; SILVA, Josevânia; PICHELLI, Ana Alayde Werba Saldanha. *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 75-84.

MACHADO, Joana de Souza; NEGRI, Sergio Marcos Carvalho de Ávila; GIOVANINI, Carolina Fiorini Ramos. Nem invisíveis, nem visados: inovação, direitos humanos e vulnerabilidade de grupos no contexto da Covid-19. **LIINC em Revista**, Rio de Janeiro: v. 16, n.2, Dezembro. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5367>. Acesso em: 06 mai 2021.

MAGALHÃES, Ricardo Antonio. GARCIA, July Mesquita Mendes. Efeitos Psicológicos do Isolamento Social no Brasil durante a pandemia de COVID-19. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 06, Ed. 01, Vol. 01, pp. 18-33. Janeiro de 2021. Disponível em: [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/isolamento-social](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/isolamento-social). Acesso em: 06 mai. 2021.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**: biopoder, soberania estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 editora. 2018.

MENDES, Wallace Góes; SILVA, Cosme Marcelo Furtado Passos. Homicídios da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgeneros (LGBT) no Brasil: uma análise espacial. **Ciência e saúde coletiva**. Vol. 25. N. 5. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36952/23444> Acesso em: 20 mar. 2021.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda; GRANGEÃO, Fernanda do Nascimento; MONTENEGRO, Francisco Ferreira Pires de Albuquerque. A Pandemia do Covid-19 e o Descortinamento das vulnerabilidades da População LGBTQI+ Brasileira. **Ver. Interd. em Cult. E Soc.** (rics) São Luis, V.6, N2, p. 102-119. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18764/2447-6498.v6n2p102-119>. Acesso em: 06 abr. 2021.

MONTEIRO, Solange Aparecida de Souza; YOSHIMOTO, Eduardo; RIBEIRO, Paula Rennes Marçal. A produção acadêmica sobre a questão da violência contra a mulher na emergência da pandemia da COVID-19 em decorrência do isolamento social. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 152–170, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13976>. Acesso em: 08 abril 2021.

PAOLIELLO, Gilda. A despatologização da homossexualidade. In: QUINET, Antonio; JORGE, Marco Antonio Coutinho. **As Homossexualidades na Psicanálise**: na história de sua despatologização. São Paulo: Segmento Farma 2013. 392p.

PASSOS, Gustavo Figueiredo; SANTOS, Elder Cerqueira. Aplicativos de relacionamento são uma estratégia de proteção á saúde de LGBT+ durante o isolamento social? *In*: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) **População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19**. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 189-199.

PEREIRA, Mara Dantas; OLIVEIRA, Leonita Chagas; COSTA, Cleberson Franclin Tavares; BEZERRA, Claudia Mara de Oliveira; PEREIRA, Míria Dantas; SANTOS, Cristiane Kelly Aquino; DANTAS, Estélio Henrique Martin. A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: uma revisão integrativa. **Research, Society and Development**. v. 9 n.7. 2020.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; NETO, Mercedes; CARVALHO, Marina Maria Baltazar; DAVID, Helena Maria Sherlowski Leal; ACIOLI, Sonia; FARIA, Magda Guimarães de Araujo. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? **Rev. De Enfermagem UERJ**, Rio de Janeiro: 2020. 28:e49570. p.6 Disponível em: <https://doi.org/10.12957/reuerj.2020.49570>. Acesso em: 16 de março de 2021.

SALERNO, John; WILLIAMS, Natasha; GATTAMORTA, Karina. LGBTQ populations: Psychologically vulnerable communities in the COVID-19 pandemic. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 2020, Vol. 12, No. S1, S239–S242. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/fulltext/2020-41743-001.pdf>. Acesso em 09 mai. 2021.

SILVA, Hengrid Graciely Nascimento; SANTOS, Luis Eduardo Soares, OLIVEIRA, Ana Karla Souza. **Efeitos da pandemia no novo Coronavírus na saúde mental de indivíduos e coletividades**. *Journal nursing and health*. 2020;10(n.esp.):e20104007. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i\\_fNxf8zd.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/06/1097482/4-efeitos-da-pandemia-do-novo-coronavirus-na-saude-mental-de-i_fNxf8zd.pdf). Acesso em: 05 mai. 2021.

SILVA, Sheila Cristina Corrêa. Para além da pandemia da Covid-19: população LGBTI+ e o adoecimento mental frente ao isolamento social. *In: OLIVEIRA, Antonio Deusivam, (org) População LGBTI+, vulnerabilidades e pandemia de COVID-19*. Campinas: Saberes e Práticas. 2020. p. 119-128.

SOUZA, Anderson Reis; CERQUEIRA, Caio Felipe Campos; PORCINO, Carle; SIMÕES, Kleber José Fonseca. Pessoas LGBTI+ e a COVID-19: Para pensarmos questões sobre saúde. **Revista Baiana Enfermagem**. V. 35. 2021; Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/36952>. Acesso em: 04 abr. 2021.